

No Japão se planeja a transformação do Brasil em ce

Marcos Dantas

"A crise do petróleo foi um alarma, lembrando-nos de que os recursos naturais não são infinitos. Também nos advertiu para o perigo de consumi-los de forma desordenada e desperdiçadora. Embora nossos recursos naturais sejam limitados, vastas quantidades de dimensão e qualidade desconhecidas ainda devem existir em áreas inacessíveis, por enquanto, à humanidade, tais como distantes montanhas ou no fundo do mar. Outros recursos estão em locais mais acessíveis, embora a humanidade ainda não tenha identificado precisamente esses locais. Noutras palavras, pode-se dizer que o Senhor, em Sua infinita

sabedoria, providenciou tais recursos para a sobrevivência futura da humanidade, mas escondendo-os atrás de portas firmemente cerradas por Ele. No Brasil, pode-se citar como recursos secretamente escondidos a Floresta Amazônica ou depósitos minerais em diversas partes do país. Também são reservas dessa natureza os recursos minerais e agrícolas existentes na vasta área que se estende sobre Goiás e Minas Gerais, da qual trata este Plano Regional de Desenvolvimento. Por que tão grandes e preciosos recursos permanecem inexplorados? A única explicação para essa questão seria que o Senhor não permitiu à humanidade abrir tais portas. Agora, todavia, a necessidade de abrir tais portas tornou-se urgente."

Os "deveres" da Jica de convencer o Senhor...

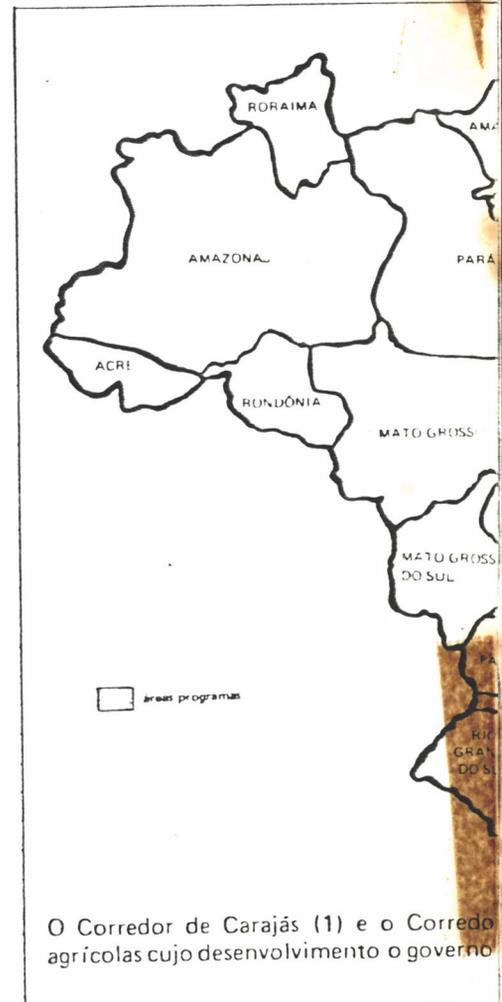
1 Essa religiosa explicação dos motivos pelos quais a sociedade brasileira ainda não explorou suas riquezas naturais — uma explicação que, talvez, nem mesmo a combativa CNBB encampasse — encontra-se na página 15 do relatório final do trabalho *Regional Development Study of the three states: Espírito Santo, Minas Gerais and Goiás; Federative Republic of Brazil* (Estudo de Desenvolvimento Regional de três estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás; República Federativa do Brasil), editado em julho de 1979 pela Japan International Cooperation Agency — Agência Internacional de Cooperação do Japão (Jica).

O estudo, de 132 páginas, foi denunciado no Congresso Nacional em 17 de abril do ano passado pelo deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR), mas nunca reproduzida na imprensa diária brasileira, que — a exemplo do que aconteceu na semana passada, quando o Relatório Reservado trouxe à luz outro estudo japonês orientando a estratégia de desenvolvimento do país — prefere manter seu grande público desinformado sobre os rumos reais da economia nacional. O trabalho foi confiado pela Jica ao mesmo International Development Center of Japan — IDCJ — que, juntamente com a Keidaren, executou o *Estudo Preliminar* sobre o Grande Carajás (ver Relatório Reservado 784).

Na linha daqueles argumentos iniciais, a Japan International Cooperation Agency reconhece não ser uma "tarefa fácil abrir as portas atrás das quais o Senhor secretamente guardou preciosos recursos desde bilhões e bilhões de anos atrás".

Daí concluir: "Serão necessários os mais ardentes esforços, não apenas do governo brasileiro ou de todos os brasileiros, mas de todos os povos do mundo para persuadir o Senhor".

Achando que os brasileiros estão tentando agora "abrir essas portas", a Jica se sente no "dever" (*sic*) de: 1) verificar por que estão cerradas as portas desses secretos recursos e como abri-las; 2) verificar como tornar bem sucedido um Plano de Desenvolvimento "com o principal propósito" de fazer chegar aos mercados internacionais os produtos agrícolas gerados por ele; 3) "determinar" como integrar no mercado internacional de produtos agrícolas objetivando o bem-estar social para os brasileiros; 4) "sugerir" um papel bem definido para a ação governamental; 5) finalmente, "o mais importante dever" (*sic*) da Jica, para que se cumpram os "deveres" acima definidos. "é avaliar a potencialidade da produção agrícola na área do projeto. . . e definir concretamente a orientação para a organização do transporte para o qual promoveu-se o Plano de Desenvolvimento" em questão.



O Corredor de Carajás (1) e o Corredor agrícola cujo desenvolvimento o governo

...para 660 mil km² supri

2 O estudo da Jica para desenvolvimento do Cerrado resultou de um acordo feito entre o governo brasileiro e o governo japonês, conforme deixa claro o prefácio do documento, assinado pelo presidente da entidade, Shinsaku Hosen. O estudo do IDCJ-Keidaren para o desenvolvimento do *Corredor de Carajás* resultou de um convite feito àquele Instituto pelo então ainda futuro presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Baptista, conforme também esta explícito no *Preliminary Study* revelado na semana passada pelo Relatório Reservado. O próprio Baptista confirmou que o trabalho do IDCJ dava continuidade a outros estudos japoneses sobre corredores de exportação no Brasil, dos quais já saiu um empreendimento concreto: a Companhia de Promoção Agrícola — Campo, alvo

AS CAPAZES DE DESENVOLVER NOSSO PAÍS

Celeiro do mundo: os programas do Cerrado e Carajás



do Cerrado (2) são dois grandes espaços e empresários japoneses querem orientar.

...com a bênção nacional...

...com a bênção nacional...

3 O estudo do IDCJ para Carajás definiu uma estratégia que considerava “suficientemente compatível com a política do governo federal (podendo ser realizada) no sentido de dar considerável contribuição à consecução da mesma”.

A Jica, por seu lado, diz claramente “visualizar” seu Plano como “parte da política nacional (i.e., brasileira) para adaptar-se ao desenvolvimento futuro”. E explicita: “Noutras palavras, o Plano não foi visualizado com base apenas num conceito microeconômico de promoção da produção agrícola, exportação de produtos e obtenção de divisas estrangeiras, mas também na antecipação, por parte do Brasil, de sua colocação no futuro como país orientado para a agricultura, auto-suficiente e integrado na comunidade internacional como celeiro do mundo e maior supridor de alimentos” (pág. 18).

Assim, dentro de tal moldura, a “espinha dorsal” do trabalho da Jica compõe-se dos quatro pontos seguintes (pág. 31): 1) descentralização das atividades econômicas; 2) desenvolvimento das fronteiras agrícolas; 3) melhoria no balanço de pagamento; 4) contribuição para o suprimento mundial de alimentos.

...estabilidade local...

4 O *Estudo Preliminar* do IDCJ-Keidaren para o Corredor de Exportação do Carajás revela firme preocupação com o problema fundiário na área. O relatório da Jica sobre o Corredor do Cerrado, não identificando o mesmo tipo de problema, prefere tratar da proposta japonesa para melhorar o bem-estar da população brasileira.

“O desenvolvimento agrícola da área projetada” — diz o estudo — “vai requerer novo conceito no futuro. O conceito básico é estabilidade e melhoria no nível de vida, bem como a busca de real felicidade para os produtores agrícolas, através da formação de uma sociedade agrária afluyente, na qual, eficiência e capital estejam balanceados no maior grau possível. O que gestará comunidades locais mais sólidas para o século XXI” (pág. 53).

A Jica sugere que o melhor caminho para atingir tal objetivo é a instituição de cooperativas agrícolas, assunto tratado ao longo de dez páginas do trabalho. Outras três páginas do estudo são dedicadas aos sistemas de treinamento dos produtores rurais.

...infra-estrutura estatal...

5 Sabidamente, o Corredor de Carajás vai-se instalar apoiado na ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, em construção pela Vale do Rio Doce, que, também, vai operá-la e mantê-la. O Corredor do Cerrado também se apóia em ferrovia da Vale do Rio Doce: a Vitória-Minas.

A Jica considera o porto de Vitória (não sem razão) e outras locações portuárias na mesma região (Capuaba, Praia Mole) melhores que os portos do Rio ou de Santos para os objetivos do projeto. Daí a opção pela EFVM, interligada em Nova Era ao sistema de RFFSA, vindo uma linha de Anápolis através de Ibiá e outra de Pirapora.

Para levar adiante o Plano — sobretudo reformando inteiramente a precária RFFSA — afirma a Jica: “será necessário realizar investimentos públicos na melhoria de ferrovias, rodovias, portos, etc”. E lembra: são esses investimentos que fabricarão a chave “capaz de abrir as cerradas portas do Senhor”...

...numa estratégia global

6 O Japão tem clareza da importância estratégica das áreas escolhidas para execução de seus planos. O relatório da Jica o confessa, assim caracterizando estrategicamente o Cerrado:

“1) Proximidade com os dois maiores centros econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

“2) Sistema de transporte melhor desenvolvido e conectado a outras partes do país;

“3) Ponto de contato para o futuro desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.”

A Amazônia é o alvo maior. Alvo cujo projeto de desenvolvimento foi igualmente estudado pelo IDCJ, moldando, assim, todo um cenário para o futuro brasileiro, voltado para as urgentes necessidades da sociedade japonesa e de outros países do Hemisfério Norte.

Os estudos da Jica e do IDCJ demonstram que a própria elaboração de um, por assim dizer, Projeto Brasil não está sendo feita por brasileiros. Na linguagem de qualquer escritório de consultoria, poder-se-ia dizer que os japoneses estão fazendo o projeto básico. Os brasileiros, no máximo, fazem o detalhamento.

O projeto básico é tornar o Brasil “celeiro do mundo”.

da denúncia do deputado Hélio Duque no ano passado.

O estudo da Jica identifica uma área de 50 milhões de hectares (500 mil quilômetros quadrados) no Cerrado para plantio de soja, sorgo e milho. O estudo do IDCJ identifica uma área de 16 milhões de hectares (160 mil quilômetros quadrados) na Amazônia Oriental para plantio de arroz, feijão, mandioca, exploração pecuária e silvicultura. Ao todo, são 66 milhões de hectares do Brasil (660 mil quilômetros quadrados), de área destinada à agropecuária e florestamento, conforme a demanda prioritária do Japão (um país de 370 mil quilômetros quadrados).

Ou, de acordo, logicamente, com as tendências comerciais identificadas pelas *tradings* japonesas.

Japoneses reclamam privatização, incentivos e fim dos

"É viável e desejável deixar que a iniciativa privada, incluindo firmas estrangeiras, tome a iniciativa de financiar os investimentos (nos projetos da Amazônia Oriental). Entretanto, será necessário obter enormes investimentos para implantar a necessária infra-estrutura. Treinamento de mão-de-obra e, particularmente, de trabalhadores especializados é outro tópico vital. Para interessar os investimentos do setor privado, incentivos fiscais e outras medidas que atraíam fluxos de capitais são igualmente necessários." A filosofia empresarial do Grande Carajás está anunciada na página 19 do capítulo V do relatório *Estudo preliminar sobre o desenvolvimento regional do Corredor de Carajás no Brasil*, de autoria do Centro Japonês de Desenvolvimento Internacional — IDCJ — patrocínio da Keidaren e apoio da Vale do Rio Doce. Esse relatório saiu em

março de 1980. Em novembro, o governo brasileiro concedia incentivos fiscais (inclusive isenção de Imposto de Renda por 10 anos) aos projetos destinados à Amazônia Oriental, através de decretos-leis cuja constitucionalidade foi questionada na Procuradoria Geral da República, na semana passada, pelo PMDB. Este não é o único ponto em que fica clara a influência estrangeira nas definições do *Carajás*. O próprio fato de o trabalho ter sido entregue à maior entidade representativa do empresariado japonês — enquanto os empresários nacionais, conforme ficou claro no II Simpósio sobre Carajás, promovido pelo Clube de Engenharia, continuam reivindicando informações sobre o programa — ilustra a alienação do processo de definição e decisão sobre o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia Oriental.

M.D.

Primeiro contato ainda no governo Geisel

Em 2 de maio de 1979, dando continuidade a conversações iniciadas em fevereiro do mesmo ano (antes da posse do novo governo, portanto), o recém-empossado presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Baptista, escreveu uma carta ao presidente do IDCJ, Saburo Kawai, sugerindo a "possibilidade de despachar uma missão de *experts* japoneses (para o Brasil), com o propósito de colher informações e realizar pesquisas de campo com vistas a estudar as oportunidades de desenvolvimento do Corredor de Carajás juntamente com a Vale do Rio Doce" (p. 1-3).

Kawai veio ao Brasil entre 17 e 22 de junho de 1979, chegando a visitar Carajás. Ao mesmo tempo, o IDCJ manteve vários contatos com a Keidaren, estudando a melhor forma de conduzir o trabalho, ficando decidido que ele seria realizado com a cooperação do Comitê Econômico Brasil-Japão, órgão daquela entidade cujo objetivo é "preparar pesquisas e outras informações sobre comércio e cooperação entre Japão e Brasil" (p. 1-4). Assim, o estudo passou a ter o "patrocínio" (p. 1 do "Prefácio") da Keidaren.

Em 23 de junho, o chefe da Divisão de Planejamento do IDCJ, Kishio Suzuki, fechou um acordo sobre o escopo de trabalho com Eliezer Baptista. E, com base nesse acordo, uma equipe chefiada por

Yoshinosuke Yasoshima esteve no Brasil entre 16 de agosto e 15 de setembro realizando as pesquisas de campo e entrevistas. Essa equipe trabalhou com apoio da Vale, Amazônia Mineração (subsidiária da Vale depois desativada) e de uma firma nacional de consultoria, a *Precisa*.

Um primeiro relatório ficou pronto em dezembro e foi discutido no Japão pelo diretor da Vale, Clodoaldo Fernandes da Mota, no dia 11. Em janeiro, esteve no Brasil Hiroshi Nakajima, mantendo novas conversações com Mota e com o consultor Agripino Abranches Viana, sendo o relatório final editado em março de 1980.

O estudo foi executado tendo em vista os seguintes objetivos (p. 1-5):

- 1) Esclarecer os efeitos da implementação do Projeto Carajás, particularmente diante da construção da ferrovia e do porto;
- 2) Analisar e avaliar os dados e materiais conhecidos, pesquisando as possibilidades de desenvolvimento da região;
- 3) Reexaminar os maiores projetos já em execução e o progresso das obras;
- 4) Pesquisar novos produtos de exportação diante das tendências do mercado mundial;
- 5) Identificar objetivos globais e estratégia para o desenvolvimento regional da área estudada.

Eliezer explica

Entrevistado, pelo telefone, o presidente da Vale do Rio Doce, Eliezer Baptista, declarou ao Relatório Reservado que o objetivo da realização do *Estudo preliminar sobre o desenvolvimento regional do Corredor de Carajás no Brasil* foi "conquistar o mercado japonês". Segundo Baptista, a maior cooperativa japonesa, a Zenoh, que importa 8 milhões de toneladas anuais de grãos, exige estudos feitos por organizações de seu próprio país para aceitar fechar um negócio em grande escala. "Foi um trabalho de convencimento", acrescentou.

— Em primeiro lugar — disse o presidente da Vale, respondendo a uma indagação sobre a contratação do estudo no Japão — quero esclarecer que esse estudo não custou nada para nós. Trata-se da continuação de estudos anteriores feitos sobre bre corredores de exportação.

Segundo Eliezer Baptista, a Vale do Rio Doce está empenhada há muito tempo e continua negociando a possibilidade de combinar exportação de grãos e minérios de ferro num mesmo navio, objetivando baixar os custos de transporte. Está em curso o fechamento de uma operação com a Cobec e cooperativas produtoras paranaenses nesse sentido. O maior objetivo da empresa é conquistar o mercado representado pela Zenoh, que prefere comprar diretamente de produtores.

O presidente da Vale não concorda com as críticas de terem sido os empresários nacionais afastados dos estudos sobre o Programa Carajás.

— Eles foram chamados. Nós convocamos todo mundo. Mas esse estudo visa o mercado externo. As críticas não procedem.

Baptista lembrou que o Programa Carajás ainda não está definido, sendo os estudos existentes resultado de sucessivas elaborações e aprimoramentos, nada havendo de conclusivo. "Inclusive, todo esse debate ajuda", disse. E insistiu ter sido o trabalho do IDCJ "a primeira tentativa feita pelo Brasil de furar o controle do comércio internacional exercido pelas *tradings* americanas".

A

pre
em
do
aba
tulo
des
das
ileg
os
sem
ção
fun
vinc
tos
é e
senc
fugi
agric
regio
resol
o q
gran

d
d
d
re
to
ac
ri
at
H
m
p
he
ra
ac
ar
pr
C
se
cu

Ozi

Pe
ma
sobre
Rio
IDCJ

Os problemas agrários em Carajás. O governo atende

A exigência: cessar os conflitos rurais

O estudo do IDCJ revela a grande preocupação dos investidores estrangeiros em relação à instabilidade social na região do Carajás, como demonstra a transcrição abaixo retirada das páginas 7 e 8 do capítulo V:

"Outro problema que identificamos desde o início é que mais de 70% do total das terras de fazendas no Maranhão estão ilegalmente ocupados. Considerando que os pequenos sítiantes e posseiros estão sempre ampliando a posse ilegal e retenção dessas terras, há um crescente e profundo problema social com base em reivindicações pela posse da terra e conflitos de demarcação. O problema da terra é extremamente complexo e delicado, sendo fator básico do qual não se pode fugir quando se pretende modernizar a agricultura e promover o desenvolvimento regional com harmonia. Isso terá que ser resolvido de forma prática e rápida, com o que se promoverá vida estável para a grande maioria dos pequenos proprietá-

rios, aumentando suas expectativas de, igualmente, melhorar a produção.

"Num mesmo momento, as seguintes medidas devem ser tomadas:

(1) Limitações à grande propriedade adquiridas não para desenvolvimento, mas simplesmente para acumular patrimônio ou especulação, especialmente por proprietários ausentes;

(2) Limitações ao arrendamento contratado por quem deseja lucros sem trabalhar na terra diretamente;

(3) Redistribuição da terra em áreas como as da Baixada (maranhense), atualmente trabalhadas por pequenos sítiantes empobrecidos;

(4) Fixação legal de taxas de arrendamento para pequenos proprietários, etc."

Em fevereiro de 1980, para resolver de "forma prática e rápida" o problema da terra na região, o governo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e, no mês passado, reduziu o prazo de usucapião rural para cinco anos.

Pescaria

Entre as páginas 51 e 53 do capítulo IV, o relatório do IDCJ aponta para a grande potencialidade da piscicultura no Nordeste e no Norte, aspecto geralmente pouco abordado quando se fala em Grande Carajás.

São relacionadas 17 espécies de peixes, três espécies de camarões, duas de lagosta, quatro de sururus e mais caranguejo, como animais marinhos passíveis de exploração comercial nas costas do Maranhão.

O documento mostra que existem apenas 29 navios pesqueiros oceânicos no Maranhão, enquanto que o Japão tem, baseados em Belém — para pesca de camarão nas costas das Guianas — cerca de 100 navios oceânicos.

Olho na mandioca

A mandioca merece especial atenção no estudo do IDCJ. Na página 45 do capítulo IV, os japoneses reconhecem que, juntamente com o feijão, o tubérculo compõe a alimentação básica do brasileiro, mas sugere, para o futuro, sua utilização também como matéria-prima para a produção de álcool e na forma de pelotas (*pellets*) para alimentação animal. Esta última sugestão, destinada à exportação, foi convenientemente detalhada nos estudos elaborados pela Vale do Rio Doce, tanto no relatório interno de novembro de 1979 quanto nos relatórios posteriormente levados a conhecimento dos meios técnicos e empresariais (junho de 80 e abril de 81).

Mais adiante, nas páginas 8 a 10 do capítulo V, o estudo japonês compara os parâmetros técnicos e econômicos da produção de álcool a partir da mandioca e conclui ser esta, na região, mais apropriada como matéria-prima combustível.

US\$ 1,5 "bi" no babaçu

As possibilidades de aproveitamento do babaçu interessaram de tal forma à Keidaren-IDCJ que, nesse capítulo, chega a propor claramente um programa específico em lugar de indicações gerais.

O estudo propõe a implantação de 50 unidades de processamento de coco com capacidade total para transformar 300 mil toneladas. Cada unidade custaria US\$30 milhões. Chama a atenção para a necessidade de uma rede de estradas vicinais cobrindo uma área de 5 milhões de hectares, para tornar eficiente o transporte do coco.

Os números são os mesmos. Qual é a fonte?

Quarenta e três páginas do estudo do IDCJ são dedicadas a uma detalhada explanação da metodologia utilizada para identificação de uma macroárea passível de imediato aproveitamento econômico em projetos florestais e agropecuários.

Com base numa análise do grau de risco de acidentes naturais, condições atuais da agricultura e silvicultura, o IDCJ identificou, numa área de 110 milhões de hectares, uma área potencial para agropecuária de 22,5 milhões de hectares e 45,9 milhões de hectares para silvicultura (68 milhões de hectares ao todo). Finalmente, relacionou essa área potencial com a infra-estrutura projetada (especialmente a Ferrovia Carajás-Ponta da Madeira), concluindo ser possível viabilizar projetos agropecuários e florestais, num primeiro mo-

mento, em 16 milhões de hectares.

Tal levantamento foi integralmente aproveitado pela Vale do Rio Doce. Em trabalho datado de abril deste ano, intitulado *Amazônia Oriental, Plano Preliminar de Desenvolvimento*, volume I, página 18, está escrito, sem referência a fontes: "Assim, através do estudo de cerca de 110 milhões de hectares, foi selecionada uma área de aproximadamente 68 milhões de hectares estrategicamente localizada em relação à ferrovia do Projeto Ferro Carajás e à hidrovia do Araguaia-Tocantins, e com condições favoráveis às atividades agropecuárias e de reflorestamento. O conjunto destas áreas foi denominado área potencial. Numa primeira etapa, admite-se mobilizar cerca de 15,5 milhões de hectares, que se denominou região-programa".

Oziel agora sabe

Perguntado, durante os debates da última quinta-feira (12/11) no II Simpósio sobre Carajás do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, se conhecia o estudo do IDCJ, o secretário-executivo do Programa

Grande Carajás, Oziel Carneiro, revelou que não.

Ganhou uma cópia de presente dada pelo diretor do Relatório Reservado, Marcos Dantas, que, na oportunidade, fez um breve relato, para uma boquiaberta plateia, do conteúdo do estudo.

*Sumário
do trabalho
apresentado
utilizado*

*Relatório Reservado
M. Dantas*